

A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*

A-ideology as a tool of historical denialism: Princess Isabel and abolition in the second season of the Politically incorrect guide to the history of Brazil

Caio Santos Melo

Graduando em História

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

caiosantosmelo013@gmail.com

Recebido: 18/08/2025

Aprovado: 21/02/2026

Resumo: O artigo propõe a análise do episódio a respeito de Isabel e a abolição da escravidão na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, com o fim compreender a contradição entre o pressuposto posicionamento imparcial e as aparentes ideologias que o pautam. Para isso, nos apoiaremos na reflexão levantada por Alyne Costa (2021), que determina a impossibilidade de uma ciência humana a-ideológica e desinteressada politicamente. Além disso, partiremos da premissa de Keith Kahn-Harris (2018) quanto a possibilidade de extração dos desejos obscuros dentro das argumentações negacionistas. Assim, a retórica dos participantes do episódio será problematizada com o intuito de conferir a permanência de um negacionismo histórico que orienta a narrativa apresentada.

Palavras-chave: História do Brasil; Ideologia; Negacionismo.

Abstract: This article analyzes the episode about Isabel and the abolition of slavery in the second season of the *Politically Incorrect Guide to the History of Brazil*, aiming to understand the contradiction between the assumed impartial stance and its apparent ideologies. To this end, we will sustain on the insight raised by Alyne Costa (2021), who establishes the impossibility of an a-ideological and politically disinterested human science. Furthermore, we will build on Keith Kahn-Harris's (2018) premise regarding the possibility of extracting the dark desires within denialist arguments. Thus, we will

problematize the rhetoric of the episode's participants in order to confirm the permanence of a historical denialism that guides the presented narrative

Keywords: History of Brazil; Ideology; Denialism.

Introdução

O *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* foi uma produção de grande impacto durante seu lançamento e que repercute até hoje. Com um livro¹ lançado em 2009 por Leandro Narloch e uma versão em documentário² de 2017 pelo Canal History Brasil, a obra se utiliza de argumentos e narrativas aparentemente comuns, porém com profundas intenções e negacionismos. Na lista de reprodução do *Youtube* intitulada *BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | EPISÓDIO 1*³, há vídeos carregados com essas narrativas negacionistas. Temos, por exemplo, o vídeo *OS PORTUGUESES SALVARAM O PAU BRASIL? | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁴, em que dizem que os indígenas aprenderam a preservar a natureza com os portugueses, cuja preocupação com o Pau-Brasil foi o que o salvou da extinção pelas mãos dos nativos. Ou, então, ainda sobre os indígenas, no vídeo *OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁵, Leandro Narloch diz ao 01min20s que, “Pra quem vive cercado pelo mato, sem saída, o seu grande sonho é transformar tudo aquilo em um estacionamento de shopping”. Falas como essas, que estão aos montes neste “guia”, buscam uma única coisa: polemizar a História. Assim como bem explica

¹ Para se ter noção do sucesso dessa empreitada dentro da História pública, o livro recebeu nova edição em 2019, em comemoração aos mais de 1 milhão de exemplares vendidos. Narloch, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Disponível em:

<https://leandronarloch.com/guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

² Quanto ao documentário, não temos acesso aos números referentes à sua exibição original, já que se trata de uma obra de um canal de televisão por assinatura, contando com poucos cortes disponíveis no Youtube dos quais não contam com mais de 20.000 visualizações em média por vídeo. Porém, podemos considerá-la também um sucesso de audiência quando levamos em conta a produção, anos depois, de sua segunda temporada, que será o objeto de estudo dessa pesquisa.

³ Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE>. Acesso em: 04 dez. 2025.

⁴ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=hiOC61obXCI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=9>. Acesso em: 04 dez. 2025.

⁵ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=4>. Acesso em: 04 dez. 2025.

Oliveira (2023, p. 16), o que querem é engajar o público através de afirmações infundadas e tendenciosas em prol do lucro que esses discursos podem gerar, assim como o cumprimento de uma agenda política pautada no desmonte de direitos civis e sociais conquistados a partir da redemocratização do Brasil até nossa contemporaneidade.

Digo que buscam a polemização da História me baseando no próprio documentário. Nessa mesma lista de reprodução do *Youtube*, há na finalização de alguns dos vídeos a seguinte frase: “Quer mais polêmica? Assista outros vídeos de *Guia politicamente incorreto* em nosso YouTube.”, como é no caso do vídeo intitulado *A BANANA NÃO É NOSSA | BRASIL COM Z | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁶ aos 03min18s. É na polêmica que a obra se sustentou e é nela que ela sucumbiu. Tanto na academia com trabalhos como o de Oliveira (2023) e Meneses (2019) quanto na imprensa com artigos como *Um guia para o ‘Guia Politicamente Incorreto’ da história do Brasil* da revista Carta Capital e, também, *O legado nefasto do “politicamente incorreto”* de Célio Martins na *Gazeta do Povo* consideram o livro de Leandro Narloch e sua adaptação em documentário pelo *Canal History Brasil* como negacionista.

Ganham a atenção dos leitores e telespectadores através da política de choque do politicamente incorreto, assim como bem explica Camila Rocha (2022, p. 57-58) em seu artigo intitulado *Influenciadores digitais e a extrema direita brasileira*. Tal artifício é aplicado para chamar a atenção dentro do debate público através do choque. A política de choque não é exclusiva de nenhum grupo ou ideologia, já que é praticada, sobretudo, pelos grupos marginalizados publicamente que veem o emprego do choque como único ponto de apoio para receberem sua desejada notoriedade.

O politicamente incorreto, no entanto, é percebido como uma tendência dos direitistas para angariarem um público conservador desgostoso dos avanços institucionais acerca dos grupos socialmente fragilizados. Com a “isca” do choque lançada, o negacionismo já está no lucro no momento em que ele é cogitado pelo público. Se ele “fisgar” o sujeito com seu discurso, ótimo, se não, ótimo também. Se antes, sem o emprego do choque, essa narrativa que está sendo vendida nem sequer

⁶ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nfKIb-X4fyg&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=11>. Acesso em: 04 dez. 2025.

seria apresentada pelas mídias, só de ser aparecer como uma alternativa possível para a versão tradicional já é uma grande vitória.

Em entrevistas para diversos veículos de comunicação, como no caso do site *Guia do Estudante*, no artigo “*Sou contra a visão maniqueísta de história dividida em vilões e heróis*”, diz Leandro Narloch, Narloch fala que “o que é ensinado nas escolas é muito simplista [...] uma luta sempre entre mocinhos e bandidos”. Assim, ele se propõe a escrever uma História que traz uma maior complexidade a esses personagens históricos, baseando-se na chamada Nova História dos anos 1980-90. O problema disso, no entanto, é que o Guia abusa dessa nova historiografia, ou seja, o que fizeram foi trazer argumentos historicamente incoerentes e tendenciosos; falsearam e negaram a História (OLIVEIRA, 2023).

Após todas as críticas direcionadas à produção, o *History* divulgou sua segunda temporada em 2020 com a apresentação de Eduardo Bueno no lugar do *youtuber* Felipe Castanhari. O vídeo intitulado *As diferenças do Politicamente Correto x Incorreto | GULA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*⁷ traz uma reformulação do projeto. Aos 02min10s o apresentador explica que o politicamente correto nasceu e se atrelou à esquerda política, assim como a reação para isto, o nascimento do politicamente incorreto à direita. Aos 03min30s, ele diz que a segunda temporada é pensada a evitar a polarização de ideologias; que o que querem é entender a verticalidade das coisas, “o que está levando o Brasil para cima ou para baixo”.

Nesse viés, é importante abordar a questão da polarização de ideologias, tão presente nos debates atuais, o “algoz” da primeira temporada do guia. A leitura apresentada pelo canal *History* da polarização das ideologias de fato é real. Tanto o politicamente correto quanto o incorreto foram fortemente atrelados às agendas políticas tanto da esquerda quanto da direita respectivamente. Assim, aos 00min50s do mesmo vídeo, Bueno diz que o politicamente correto foi se tornando cada vez mais inquisitorial, uma “patrulha ideológica”. Ao mesmo tempo, como diz Bueno aos 01min45s, o politicamente incorreto começou a se exceder. Assim, no artigo jornalístico *‘Politicamente correto’ versus ‘politicamente incorreto’*, Ladeira (2014) explica que o “politicamente incorreto” é uma forma de expressão que procura externalizar os preconceitos sociais sem receios de nenhuma ordem.”.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VDYKWbNvyLI>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Assim, consideramos que essa expressão de ódio do politicamente incorreto é pautada justamente no descompromisso com temas sérios e/ou sensíveis, almejando, com isso, apenas o humor ácido e a polêmica (Rocha, 2022, p. 58). Dessa forma, podemos perceber o emprego do termo “politicamente incorreto” ao título da produção como um descompromisso com a seriedade da discussão. O objetivo do termo para além da “História por outra ótica” é a venda de um produto a um público que se interessa mais pela chacota e polêmica do que o debate ponderado e sóbrio.

Não pretendo, por meio disso, alegar que o ideal seja a produção de uma História politicamente correta. Essas alcunhas são criadas apenas para rotular e limitar a margem de ação dos debates necessários. Quando nos referimos à História, o que devemos fazer é nos despirmos de qualquer preconceito existente, de qualquer linha de pensamento pré-estabelecido em nossas mentes e nos agarrarmos à análise mais crua e sóbria possível. É evidente, porém, que esse nível de objetividade é impossível; toda produção humana possui traços da ideologia de seu criador. Nesse sentido, ressalto esse preceito pelo fato de o “Guia”, apesar de se vender justamente como essa “verdade factual e científica”, traz o termo atrelado à direita, assim como críticas contundentes aos “professores esquerdistas”, demonstrando assim seu veio ideológico.

Dessa forma, para além das aparentes disputas ideológicas do politicamente correto e incorreto pautadas pelo vídeo de divulgação da segunda temporada, é necessário um passo adiante na discussão. A alegação de uma segunda temporada despolarizada (ou a-ideológica) e verticalizada soa contraditório, já que o termo associado à direita, o “politicamente incorreto”, continua sendo empregado ao título do documentário. Sendo assim, partiremos para o tópico respectivo ao referencial teórico e metodológico que sustentará nossa problematização e hipótese dentro deste artigo.

Da fundamentação teórica e metodológica

Primordialmente, sobre a intenção do “guia” ser uma obra a-ideológica e verticalizada, baseio-me na análise de Alyne Costa (2021, p. 67) quanto à suposta ciência neutra e desinteressada com a conjuntura política existente. A dicotomia ocidental da ciência versus natureza leva a ciência como o único meio “capaz de acessar a realidade objetiva do mundo, todo o resto ficando sujeito às controvérsias e disputas políticas” (Costa, 2021, p. 67). O problema percebido nessa suposta neutralidade consiste, no entanto, na natureza dos temas da História. Em um contexto cuja análise de ciência e política se confundem constantemente, é impossível uma delimitação clara entre ambas.

Sendo assim, é inconcebível a afirmação de uma prática despolarizada, a-ideológica e verticalizada. Ademais, a questão da verticalidade também é um problema a se atentar, já que Costa (2021, p. 71) percebe que conceitos nesse sentido fazem parte da chamada crise da verdade, questão essa que será discutida posteriormente neste artigo no tópico *O episódio*.

Surge dessas contradições, portanto, uma pergunta: será que essa nova produção é realmente despolarizada e a-ideológica ou ainda há resquícios de uma narrativa voltada à validação de uma direita “politicamente incorreta”, assim como foi o caso do livro original e da primeira temporada? Para perceber tais resquícios, problematizarei algumas questões apresentadas pelo documentário que me soam equivocadas e/ou tendenciosas, assim como historicamente incoerentes. Ao fim destas análises, para além da resposta obtida, o que nos restará a indagar é: será que o documentário continua com seu cunho negacionista presente na obra impressa e na primeira temporada, ou agora sua narrativa realmente se demonstrou a-ideológica como se fazem pretender?

Decorrente de tais indagações, consideramos como objetivo desse artigo a verificação do cumprimento da proposta da obra em ser despolitizada e a-ideológica. A hipótese levantada é a de que é possível perceber traços ideológicos disfarçados de conhecimento histórico factual, o que nos leva a analisar o caráter negacionista de tais falas, ou seja, traços da negação da existência de interesses ideológicos através da suposta verdade científica. Sustentamos essa hipótese, sobretudo, a partir da concepção de Costa (2021, p. 67) acerca da impraticabilidade de um discurso científico totalmente sem ideologia, visto a tarefa aparentemente impossível de desvincular a política da ciência. Nesse sentido, mostra-se importante a discussão das formas de expressão negacionistas através do discurso supostamente sem viés ideológico, o que põe em risco as bases da democracia contemporânea.

Seguindo desse ponto, torna-se importante a elucidação acerca do que é o negacionismo. Partimos da definição apontada por Valim, Avelar e Bevernage (2021, p. 14), que iniciam com a ideia de Rouso que compreende o negacionismo como “uma modalidade discursiva, um modo de representação do passado e de percepção do presente” (Rouso, 2020, p. xiii). Os autores seguem sugerindo que

o negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis – sobretudo de suas violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis (Valim; Avelar; Bevernage, 2021, p. 15).

Dessa forma, compreendemos que o enfoque do negacionismo está na legitimação de leituras de um passado sensível. Em outras palavras, a preocupação do negacionismo está no controle da discussão relativa aos passados traumáticos que possuem suas continuidades em nossa contemporaneidade, como no caso do Holocausto, escravidão ou colonização.

Assim, a dúvida que surge é: por que o interesse em disputar por um passado sensível? Bem, como explica Kahn-Harris “o negacionismo atua a serviço de muitas causas políticas e sociais” (Kahn-Harris, 2018, p. 74. Tradução minha)⁸. Portanto, compreendemos que a chave de leitura deste passado determina qual será a abordagem do presente. Percebemos um exemplo claro dessa funcionalidade política e social quando Oliveira (2023, p. 10) escreve justamente sobre o livro de Leandro Narloch, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* e sua primeira temporada no formato de documentário. Nesse, Narloch subverte toda a tese de João José Reis e Eduardo Silva (1989) acerca das negociações e conflitos entre a população negra e branca no Brasil para criar uma realidade em que inexistem violências e conflitos estruturais, buscando eximir a sociedade atual da ideia de dívida histórica e, portanto, das políticas públicas de reparação social. Essa subversão é, por sua vez, algo muito bem-quisto por parcelas conservadoras da sociedade, cujo interesse na História está na narrativa que sustenta sua posição social privilegiada; este é o público que Narloch busca dialogar.

Consideramos, portanto, que esse artigo surge da necessidade de tornar mais palpável o contemporâneo problema do abuso historiográfico e do negacionismo histórico, tema ainda em estágios mais iniciais quando comparado com o restante das áreas da História. Felizmente, autores e trabalhos recentes tomaram frente em relação à dimensão prática e pública da História. A exemplo destes, temos o já citado artigo produzido por Rodrigo Perez Oliveira em 2023, intitulado *Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do Guia politicamente incorreto da história do Brasil*; temos também, *Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade*, escrito por Sônia Meneses; e também, *Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto*, por Eduardo Wright Cardoso. Todas essas obras foram inspirações para esse trabalho, já que demonstram muito bem a problemática do negacionismo histórico que paira sobre a História pública.

⁸ Citação original: “(...) denialism acts in the service of many political and social causes (...)” (Kahn-Harris, 2018, p. 74).

No que tange à metodologia, partirei da prática utilizada por Keith Kahn-Harris em seu livro intitulado *Denial: The Unspeakable Truth*. Neste, o autor busca demonstrar que, ao extrair momentos de “quase reconhecimento das palavras dos negacionistas, é possível (re)construir uma alternativa do negacionista.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)⁹. Por “alternativa do negacionista”, o autor expõe a capacidade do sujeito de esconder suas reais intenções em suas falas a partir de diversas escolhas linguísticas possíveis. Assim,

Ao libertar esses fragmentos de desejo puro da ofuscação negacionista, demonstro que a alternativa do negacionista está tentadoramente à vista. [...] Quando tomados individualmente, no contexto da obra de um único negacionista, eles poderiam facilmente passar despercebidos. Quando compilados coletivamente, eles se constroem em algo inconfundível (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)¹⁰.

No entanto, para que seja possível essa (re)construção da alternativa negacionista, ironicamente estaremos

praticando a arte negacionista da ‘mineração de citações’. [...] No entanto, enquanto a mineração de citações negacionista envolve tirar palavras do contexto para sustentar uma conclusão que aqueles que as escreveram ou falaram jamais apoiariam, a minha própria mineração de citações visa fazer o oposto: no negacionismo, é apenas em momentos isolados que toda a força do desejo deles pode ser articulado (Kahn-Harris, 2018, p. 88. Tradução minha)¹¹.

Partindo então dessa premissa levantada por Kahn-Harris, a análise realizada acerca do episódio sobre Isabel e a abolição da segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* contou justamente com essa prática da mineração de citações. O intuito foi o de reunir falas problemáticas e potencialmente negacionistas e se debruçar em seu desvendamento. Assim, apesar da

⁹ Citação original: “near-acknowledgement from the words of denialists, it is possible to (re-)construct a denier’s alternative.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

¹⁰ Citação original: “By liberating these fragments of naked desire from denialist obfuscation, I demonstrate that the denier’s alternative is tantalisingly within sight. I have woven these fragments together into a coherent argument. When taken individually, in the context of a single denialist’s oeuvre, they could easily be missed. When compiled collectively, they build into something unmistakable.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

¹¹ Citação original: “I appear to be engaging in the denialist art of ‘quote-mining’. (...) Yet whereas denialist quote-mining involves taking words out of context in order to support a conclusion that those who wrote or spoke them would never support, my own quote-mining aims to do the opposite: in denialism, it is only in isolated moments that the full force of their desire can be articulated.” (Kahn-Harris, 2018, p. 88).

discussão permear no âmbito historiográfico, o objeto em enfoque neste artigo é a retórica do apresentador e entrevistados. Como eles abordam o passado sensível e para que?

Dessa forma, analisarei o episódio a respeito da participação da Princesa Isabel na abolição da escravidão no Brasil em 1888. Me aterei a esse episódio dentre toda a segunda temporada, pois, devido à proposta desse artigo, a análise de toda a temporada não seria comportada em um pequeno trabalho, apenas. Sendo assim, parto do vídeo disponibilizado no *Youtube* pelo *Canal History Brasil*, intitulado *Guia Politicamente Incorreto | Maratona ao vivo | 4 episódios seguidos*¹². A minutagem do vídeo respectivo ao episódio analisado vai do 00h00min00s até 00h45min05s. Sendo assim, a seção que se segue tratará sobre “O episódio”, trazendo um panorama geral das problemáticas percebidas e que serão levantadas ao decorrer deste trabalho.

O episódio

Primeiramente, antes de tratarmos sobre o episódio em específico, vale nos voltarmos à pesquisa feita por Oliveira (2023) sobre seus antecessores, o livro e a primeira temporada do documentário, a fim de analisarmos as mudanças aparentes entre estes e o episódio sobre a Princesa Isabel e a abolição da escravidão nesta segunda temporada do guia.

Através de suas investigações, Oliveira (2023, p. 4) percebe que, o que torna o guia um perigoso material negacionista não é a rejeição sistemática do conhecimento histórico produzido pelas universidades, mas sim os usos abusivos dessa historiografia profissional em prol da legitimação de determinadas narrativas. A exemplo disso, o autor percebe em entrevistas de Narloch um posicionamento contrário às políticas de cotas, ferramenta vital para a democratização dos espaços públicos de nosso país. Suas falas e argumentos se sustentam, sobretudo, na Nova História dos anos 1980-90, cuja historiografia apresentava uma dinâmica pouco estudada até então, as negociações entre escravizados e indígenas com os luso-brasileiros brancos.

O problema dessa fundamentação de Narloch está justamente na deturpação que ele faz em prol de seus objetivos e vieses políticos; em vez de considerar a escravidão como um processo de múltiplas violências, ele ameniza a crueldade da escravidão com alegações de que inexistia violências

¹² O vídeo em questão conta, no momento da escrita desse artigo, com 553.979 mil visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9Hd-ie0fc8&t=2077s>. Acesso em: 08 dez. 2025.

físicas e conflitos estruturais, levando em conta unicamente o aspecto das negociações entre negros/indígenas com os brancos (Oliveira, 2023, p. 10). Falas nesse sentido trazem o esvaziamento do debate a respeito da necessidade das políticas reparatórias aos grupos historicamente prejudicados/oprimidos.

Partindo então desse contexto de abusos da historiografia, percebo que o episódio a respeito da participação da Princesa Isabel na abolição da escravidão em 1888 possui uma narrativa mais cuidadosa. A polêmica que deu a “cara” da primeira temporada não está mais tão aparente nesta nova edição. Consideramos isso graças à proposta de Kahn-Harris (2018, p. 88) a respeito da “alternativa negacionista”. A linguagem recorrente no episódio é mais sóbria quando comparado à excentricidade do livro e primeira temporada do documentário. Assim, o sentimento que o episódio transmite a quem assiste em um primeiro momento é o de um debate embasado em fontes e estudos confiáveis. No entanto, fica evidente que em certos pontos acontecem alguns esquecimentos e deturpações propositais, assim como abusos de determinadas informações. Nesse ponto, levantamos a hipótese do interesse político direitista conservador ainda se fazer presente na obra. Tal interesse busca atingir diversos setores da vida pública, assim como vemos anteriormente com o caso de Narloch com a questão das políticas afirmativas através da legitimação de certas visões dos passados sensíveis.

A fim de alcançar essa desejada legitimação de ideias, o documentário apresenta as informações de modo a corroborar com sua agenda. Nesse viés, ocorre também o abuso dessas informações, assim como o favorecimento das informações e narrativas que melhor sustentarão o viés defendido pela obra, trazendo assim certo tom à História. De forma mais aprofundada, esse tom da História empregado pelo “guia” advém tanto da narrativa quanto de seu formato audiovisual. Considerando que quem comunica intenta pelo convencimento do outrem, podemos concluir que todos os artifícios empregados pelo documentário partem a este fim. Nesse sentido, quando dizemos sobre a maneira pela qual as informações são apresentadas, nos referimos à construção imagética do documentário, seja por cortes, enquadramentos ou por ênfases em determinadas afirmações a fim da corroboração de certas narrativas expostas pelos entrevistados ou pelo próprio apresentador. Da mesma forma, o abuso das informações acontece pela tentativa de justificar a escolha narrativa delimitada pelo documentário, assim como veremos posteriormente neste artigo no tópico intitulado *O subalterno monarquista*. Ademais, o favorecimento de determinadas narrativas fica evidente no próximo tópico deste artigo, intitulado *O Esquecimento dos responsáveis pela escravidão*, já que, apesar da apresentação de

dois pontos de vista diferentes entre dois entrevistados, apenas um deles é discutido ao decorrer do documentário.

Além disso, percebemos também uma desvalorização do ensino escolar em prol das narrativas divulgadas pelas mídias digitais como possibilidades diferentes à tradicional escolar. Isso acontece, pois, como explicitado no início desse artigo, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* se vende como uma alternativa para a falha e simples História escolar. A exemplo disso, temos a seguinte fala de Eduardo Bueno aos 02min26s: “Mas aqui, você vai aprender aquilo, atenção! Aquilo que não vai cair no ENEM. Para resumir, claro que a História da abolição é diferente dessa que te contaram.”. Assim, percebemos que o documentário indica aos telespectadores um desprezo pela História comumente ensinada pelas instituições de ensino tradicionais, o que reflete o ideário que concebeu a obra original. Esse posicionamento adotado deslegitima o conhecimento já adquirido pelo sujeito comum que está consumindo o guia, incentivando a deliberada aceitação dos novos fatos que irão “abrir sua mente”.

Nesse sentido, Ramos (2015)¹³ traz em sua pesquisa justamente a recepção de certo grupo de estudantes ao “guia” e seu suposto rompimento com a posição pré-existente das escolas. Para a autora, os alunos do ensino médio que participaram de seu trabalho demonstraram nos debates “a propensão de questionar, duvidar, negar e, por isso mesmo, interessa a tais sujeitos descobrir lapsos, rupturas, erros, “furos” da história que aprenderam no decorrer de sua escolarização” (Ramos, 2015, p. 361). Por conta dessa propensão, quando o “guia” afirma romper com a tradição escolar reproduzida pelos livros didáticos e professores, os alunos tendem a compreender “a argumentação deste livro como também “crítica” e, por isso mesmo, pertinente.” (Ramos, 2015, p. 361). No entanto, como já discutimos através de Oliveira (2023) e agora por Ramos (2015), a narrativa de Narloch utiliza a historiografia para legitimar suas percepções de mundo, suas próprias verdades que merecem o embate público em prol de suas pautas políticas. Dessa forma, quando percebemos que Bueno aborda a História escolar da mesma forma que as obras antecessoras, podemos considerar que não houve

¹³ No contexto de sua pesquisa, não havia o “guia” em outra versão que não o livro, porém, seu trabalho demonstra-se consistente ao passo que o discurso do “rompimento com a História escolar” continuou sendo apresentado através do documentário.

ruptura com a premissa original de Narloch sobre haver uma “verdade oculta” e a decorrente necessidade de um embate público para “atingir a verdade”.

Sobre a “verdade”, Shapin (2020, p. 311) percebe um ponto de disputa e tensão presente em todo o ambiente público. Cidadãos comuns compreendem o termo “crise da verdade”, mas não costumam sair dos campos já estabelecidos pela grande mídia: a questão das vacinas, aquecimento global, terraplanismo, etc. Há, porém, inúmeros temas incontestados, enquanto poucos são disputados pelo debate público. Assim, ele compreende que a verdade só entra em disputa quando há o interesse pela sua posse. Isso se dá pelo jogo de interesses políticos. Quem domina a verdade é o dono da narrativa. Decorrente a isso, seus interesses pessoais são atendidos e ele toma posse dos recursos que essa verdade lhe confere.

Nesse viés, quando percebemos que o documentário prega a posse de uma “verdade não contada”, fica nítido que há algum interesse escondido nesse discurso. Através dessa desconfiança e desprezo com o suposto conhecimento limitado do telespectador, eles agem. Dessa forma, os tópicos que vem a seguir dizem respeito à cada problema percebido e colocado para questionamento dentro da obra analisada. São eles: o deliberado esquecimento dos responsáveis pela escravidão no Brasil; a acusação de ilegitimidade do estado republicano brasileiro; a alegação de negros e indígenas serem partidários da monarquia portuguesa.

O Esquecimento dos responsáveis pela escravidão

O primeiro problema que abordarei é o deliberado esquecimento da responsabilidade tanto do Estado/família real quanto da Igreja Católica para a formação do regime escravocrata na América Portuguesa. Na verdade, mais do que esquecimento, o que acontece é o afastamento da culpa de ambas as instituições com o que veio a ser a escravidão moderna. Nesse sentido, nós nos voltamos para Kahn-Harris que afirma que “técnicas negacionistas abundam na busca criativa para afirmar ou negar a culpa.” (Kahn-Harris, 2018, p. 69. Tradução minha).

Aos 00h03min01s de episódio, Paulo Rezzutti¹⁴ diz que não houve imperadores brasileiros que eram escravocratas. Logo em sequência, a historiadora Valéria Gomes Costa¹⁵ diz que a Família Real não era abolicionista. Nesse momento há um embate de narrativas, dois entrevistados estão se contradizendo. Esse é um exemplo da tentativa de despolarização do documentário, dois pontos distintos sendo apresentados ao telespectador. O interessante nesse caso é observar como Rezzutti, um não especialista no assunto, ganha um destaque dentro da narrativa construída ao decorrer do episódio, ao passo que a participação de Costa, cujo campo de estudo e especialização é propriamente na História, contando também com um vasto currículo e titulação, fica apenas como um contraponto que não recebe o devido aprofundamento. Assim, como veremos ao decorrer desse trabalho, apesar de haver sim uma tentativa de despolarização das narrativas, torna-se nítido a presença de vieses e ideologias no documentário.

Dentro dessa contradição narrativa, a “falta” de ideologia do documentário dá espaço ao negacionismo ser cogitado pelo telespectador. Nesse caso, porém, não apenas cogitado, pois, como dito, o documentário nitidamente predileta pela narrativa de Rezzutti. Sua afirmação falseia a História para ganhar o apelo do público à sua causa, dando mais nitidez e forma a um projeto de subversão dos fatos em prol da conquista política de determinados grupos e setores. A fala do escritor é desonesta com a História brasileira. Como assim, os líderes de uma das maiores colônias/impérios escravocratas não eram escravocratas? Claro que seria possível considerar que havia sim imperadores abolicionistas, porém, assim como veremos no decorrer deste tópico, o suposto abolicionismo da família real não se mostrava além do discurso.

Perceba que acrescento a denominação de colônia para englobar a ação dos imperadores brasileiros. Por quê? Bem, para resgatar a ideia de continuidade histórica que é esquecida durante todo o episódio. Ele desconsidera a origem das questões em debate, fazendo aparentar que os imperadores brasileiros pouco ou nada tiveram a ver com o regime escravocrata. Assim, faz parecer que a escravidão

¹⁴ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e escritor da série de livros “A História não contada”. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/9358868/paulo-marcelo-rezzutti>. Acesso em: 28 dez. 2025. Curioso é a similaridade de Rezzutti com o viés de alternatividade do “guia” em relação à História escolar. Talvez esse seja um motivo para sua participação contundente na construção narrativa no episódio em questão.

¹⁵ Atualmente professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), graduou-se em História pela UFPE, especializou-se em ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), defendeu seu mestrado pela UFPE e doutorou-se pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4364285/valeria-gomes-costa>. Acesso em: 28 dez. 2025.

é um problema que simplesmente existe e que não tem relação com os governantes ou a formação do Brasil. A realidade, porém, é que os antepassados desses imperadores brasileiros apontados por Rezzutti, os antigos imperadores portugueses, aqueles que lhes garantiram seus status de imperadores graças à sua linhagem sanguínea, foram aqueles que promoveram a escravidão no Brasil¹⁶.

A escravidão dos negros africanos foi utilizada pela coroa portuguesa como um meio barato e altamente rentável de mão de obra. Nesse sentido, quando percebemos a usufruição dessa mão de obra ainda nos tempos de D. Pedro I e II, pouco importa se eles eram escravocratas ou não; seu Império, seus súditos, cidadãos, ou quem quer que fosse, gerava lucros para a coroa por meio da escravidão.

Se não bastasse o deliberado e seletivo esquecimento da responsabilidade da coroa para com a escravidão, o que percebemos na fala de Paulo Rezzutti é uma informação distorcida que vem ganhando o grande público, sobretudo através das redes sociais, como o *Facebook* e *Whatsapp* (Videira; Bráulio, 2021). A problemática que se apresenta é: muitas pessoas exaltam a família real por não terem possuído escravizados, sendo assim um exemplo moral aos demais. Nesse sentido, o artigo produzido por Videira e Bráulio (2021) tem por fim verificar a autenticidade dessa afirmação histórica que ganhou a internet.

Através dessa iniciativa de verificação de informações históricas, podemos perceber que a afirmação da família real não possuir escravizados não passa de uma meia verdade mal-intencionada. Para Bráulio e Videira:

De fato, o imperador do Brasil e sua família não possuíam escravos particulares, **mas tinham o usufruto dos chamados “escravos da nação”** – homens e mulheres de origem africana que pertenciam ao Estado brasileiro, eram empregados em estabelecimentos públicos e podiam prestar serviços pessoais aos membros da corte (Videira; Bráulio, 2021. Grifo dos autores).

Ademais, há a presença registrada de mais de 2000 escravizados na Fazenda de Santa Cruz, residência de verão da família real. E ao contrário do que é perpassado pelos apoiadores da família real, muitos desses escravizados (para esses admiradores, alforriados e assalariados) eram bastante

¹⁶ Sobre a relação da coroa portuguesa com a escravidão nas colônias, ver: (Lara, 2000, p. 27-36). Sobre a manutenção da escravidão pós-independência, ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. p. 223-224. Rio de Janeiro, 2000. As tabelas apresentadas demonstram a permanência do tráfico de escravizados durante os anos de presença da família real em terras americanas, e, posteriormente, em território do Império do Brasil.

explorados e viviam em condições degradantes, longe de uma vida digna esperada para uma pessoa livre (Videira; Bráulio, 2021). Percebemos assim que Rezzutti abusa de meias-verdades em prol de suas próprias paixões. Ele falseia e nega a História.

Em adição a esse esquecimento promovido por Rezzutti, há também a questão da responsabilidade da Igreja Católica. Aos 00h16min00s do documentário, quando o debate está nos motivos da Princesa Isabel querer abolir a escravidão, Christyan Lynch¹⁷ diz que: “O que acontece é que ela começa a se tornar sensível ao movimento abolicionista. E ela é sensível ao movimento abolicionista, não porque ela é militante de esquerda. Ela é sensível da dimensão católica.”. Logo em seguida, aos 00h16min13s, o historiador Antônio Dutra¹⁸ diz que essa questão, para Isabel, dizia muito sobre a visão que ela tinha sobre seu próprio catolicismo, do qual seria “muito bem exemplificado por textos posteriores, inclusive na *Rerum Novarum*, que é essa preocupação social da Igreja”. Após isso, quase não há citações à Igreja Católica no documentário. Ou seja, a instituição aparece unicamente como um agente preocupado e contrário à escravidão no Brasil, ao passo que a fé católica foi a força motriz que levou às mudanças. A partir disso, cabe certa problematização quanto ao que realmente a Igreja Católica significou na História da escravidão no Brasil.

Sobre o *Rerum Novarum*, fonte citada por Antônio Dutra, este é um escrito do Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891, três anos depois da abolição da escravatura. Se não bastasse a incoerência cronológica dessa fonte quanto ao tema em debate, a citação a este documento não traz nada além da alegação de uma “preocupação social da Igreja”. Bem, de fato, o *Rerum Novarum* demonstra a

¹⁷ Lynch possui graduação em direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestrado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Disponível em:

<https://www.escavador.com/sobre/4165269/christian-edward-cyril-lynch>. Acesso em: 28 dez. 2025. Por sua pesquisa abarcar a política e o direito em um contexto histórico brasileiro, tornou-se também autoridade no campo da História. Dentro da segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, Lynch não foi apenas um entrevistado, já que ocupa o cargo de consultor histórico. Nesse sentido, quando discutimos a problemática em torno da narrativa histórica apresentada pelo guia, podemos apontar Lynch como uma das mentes por trás dessa construção. Não obstante, ao decorrer deste trabalho, ficará perceptível o viés histórico defendido pelo consultor histórico. Sobre o cargo de consultoria histórica de Lynch, ver: *Com nova proposta, Guia Politicamente Incorreto retorna ao History em segunda temporada*. Disponível em: https://presscomunica.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Release_Guia-Temp-2.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 dez. 2025.

¹⁸ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), é especialista em Relações Internacionais (Pós-Graduação Lato sensu em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes - 2009), Mestre em Relações Internacionais Pela PUC-Rio (2013), e Doutorado em Ciência Política (IESP-UERJ) em 2019. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/922108/antonio-marcos-dutra-da-silva>. Acesso em: 28 dez. 2025.

preocupação social da Igreja, porém, o que Dutra não fala é que este se diz destinado a discutir “Sobre as condições dos operários” (Leão XIII, 1891, p. 1). O que está sendo abordado nessa carta encíclica não contempla o Brasil, já que a questão apontada pelo Papa Leão XIII diz respeito à realidade industrial na Europa, o que é algo bem distante da economia ruralista brasileira. Nesse sentido, a montagem narrativa do documentário visa apresentar a Igreja como preocupada com a questão da escravidão, porém, como explicitado, fazem isso apontando um documento posterior ao debate e que diz respeito à realidade do operário Europeu.

Demonstrado o falho uso de fonte presente no documentário, partiremos a uma questão mais profunda, a sensibilidade católica apontada por Christian Lynch aos 00h16min00s de episódio. Seria o catolicismo e seus adeptos sensíveis à escravidão? Seriam os católicos, abolicionistas? Para responder a essas perguntas, devemos novamente nos debruçar à origem da questão, seguidamente da continuidade histórica, e não apenas no momento imediatamente anterior à abolição, assim como trabalha o documentário. Para isso, a dissertação de mestrado de Pereira (2011) traz um bom parâmetro para nossa discussão.

Pereira (2011) traça uma longa pesquisa pela historiografia referente à abolição. O que ela percebe primordialmente é a ausência da Igreja Católica no tema da extinção da escravidão. Sua presença, porém, é facilmente notada no processo de colonização do Brasil, assim como indica através da obra de Azzi (1991), que explica que, durante todo o processo de colonização do Brasil, o ponto de sustento dessa empreitada estava na escravidão. Nesse sentido, a Igreja Católica, subordinada ao Estado através do sistema de padroado, foi utilizada para sustentar moralmente e filosoficamente o escravismo (Pereira, 2011, p. 31- 32).

A autora aponta também os estudos de Carvalho¹⁹ (1999), que percebe uma confusão entre a Igreja e Estado causado pela grande proximidade de ambas as instituições. O que ele verifica é a sobressalência das razões políticas sobre as religiosas para com a escravidão. Ao analisar escritos de padres seculares e religiosos, Carvalho percebe “uma incompatibilidade entre o escravismo e o cristianismo, no entanto, essa contradição é obscurecida pela necessidade do trabalho escravo para o funcionamento da sociedade colonial.” (Pereira, 2011, p. 32). Dessa forma, a única maneira encontrada

¹⁹ Apesar de Carvalho possuir acusações de ser monarquista, seus estudos foram considerados pertinentes à construção deste trabalho. Fica, porém, o alerta a respeito do autor.

pelos religiosos preocupados com a escravidão foi o aconselhamento aos senhores a darem um tratamento “cristão” aos cativos. A preocupação religiosa ficava sempre em segundo plano, já que a escravidão era peça central na economia metropolitana (Pereira, 2011, p. 32-33).

Pereira (2011) apresenta também os estudos de Beozzo (1980), que traz a participação do clero no movimento libertador como, “uma nulidade quase total da ação dos clérigos brasileiros.” (Pereira, 2011, p. 31). Nesse sentido, foram poucos os cativos libertados pelos religiosos até 1887, ano em que diversas cartas pastorais e a própria Igreja pedia pelo fim da escravidão. Percebemos então, que, a mobilização religiosa através da instituição e da fé em prol da abolição foi ínfima durante toda a História do Brasil, havendo certa assertividade por parte do clero apenas no ano anterior da Lei Áurea, período em que já pairava no ar o inevitável fim do regime escravocrata.

Dessa forma, voltemos às questões levantadas. Seria o catolicismo e seus adeptos sensíveis à escravidão? A resposta que encontrei é que, sendo os religiosos parte vital da promoção do regime escravocrata, eles foram sensíveis à medida que lhes era conveniente. Mesmo o cristianismo sendo incompatível com a escravidão, as razões políticas mandavam na religião e demandavam dela justificativas para suas ações, sobrando assim pouco espaço de ação para os poucos religiosos preocupados com o sistema vigente. Sendo assim, seriam os católicos, abolicionistas? A resposta é não.

A ação isolada de poucos religiosos sob o aval da Igreja nos últimos instantes em um contexto de consciência do inevitável fim da escravidão não torna eles abolicionistas, já que, no decorrer de toda a História do Brasil, a Igreja e seus fiéis foram agentes ativos e responsáveis pelo regime escravocrata. Nesse sentido, podemos considerar que o intuito dessa narrativa apresentada por Lynch é a supervalorização deste um ano de luta, minimizando assim a História da escravidão, seus agentes e impactos.

Podemos então garantir que a sensibilidade cristã de Isabel constituiu parte de seus motivos em prol da abolição? Não, não podemos. Deste modo, devemos levar em conta que, assim como a religião foi utilizada para justificar os interesses políticos que circundavam a escravidão, ela também foi utilizada para justificar o fim dela. A fé não definia os rumos da política, porém a legitimava. Lembremos que por toda a História do Brasil, a Igreja estava subordinada aos interesses do Estado, e isso não era muito diferente durante o ano de 1888.

Golpe ou vingança?

Passado a problemática da necessária responsabilização dos agentes que promoveram a escravidão, uma outra questão deve ser analisada. Aos 00h37min22s de episódio, Eduardo Bueno diz que a Proclamação da República em 1889 foi um golpe militar, mas que poderia ter sido também uma vingança contra a Família Real por terem abolido a escravidão. Dessa afirmação, o que percebemos é o que Kahn-Harris (2018, p. 88) aponta como a “alternativa do negacionista”, ou seja, a forma que a informação foi apresentada levanta uma discussão acerca da culpa (ou falta dela) do Golpe Militar de 1889. O problema que surge dessa afirmação, portanto, é a questão da manipulação da informação em prol de um ataque às bases de nossa democracia. Narrativas nesse viés são usados para justificar, por exemplo, o suposto embate entre uma monarquia abolicionista e uma população escravagista, além de sustentar alegações de ilegitimidade do sistema republicano no Brasil, assim como diz Luiz Philippe de Orleans e Bragança, tataraneto de D. Pedro 2º, ao BBC News Brasil no artigo *Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'*: “A proclamação foi um golpe de uma minoria escravocrata aliada aos grandes latifundiários, aos militares, a segmentos da Igreja e da maçonaria. O que é fato notório é que foi um golpe ilegítimo”.

É evidente que o tataraneto do antigo imperador do Brasil consideraria a Proclamação da República como ilegítimo, sobretudo sendo monarquista, fato esse que se comprova em seu site oficial na aba de “perguntas frequentes”²⁰. O preocupante, porém, é sua posição como deputado federal por São Paulo pelo Partido Liberal (PL). Enquanto membro do corpo político brasileiro, sob o estandarte da democracia, ele articula ataques ao próprio regime democrático brasileiro. Ele, por exemplo, aproveita o fato de Jair Bolsonaro ter sido impedido de ir à posse da presidência de Trump que ocorreria em 18 de janeiro de 2025 para acusar via X no dia 17 de janeiro de 2025 em seu perfil pessoal que o atual governo de Lula seria uma Ditadura. Consideramos, portanto, que o que importa para Luiz Philippe não é a legitimidade do governo, mas sim o atendimento de seus interesses pessoais enquanto político e figura pública representante dos ideais monarquistas do Brasil.

Apresentado o perfil ideológico de Orleans e Bragança, voltemos à questão que importa. A alegação feita por Eduardo Bueno no episódio serve imediatamente aos interesses da direita monarquista brasileira, assim como vemos no caso de Orleans e Bragança. A fala do apresentador é

²⁰ Disponível em: <https://lpbraganca.com.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 29 jul. 2025.

historicamente infundada e de teor conspiracionista. Sendo assim, seguimos para uma discussão historicamente fundamentada dessa questão.

Como dito, aos 00h37min22s de episódio, Eduardo Bueno apresenta a Proclamação da República (1889) como uma consequência da abolição da escravidão, o que não é de todo errado. Porém, a complexidade da discussão é empobrecida à medida que outros fatores que compõem os desgastes das bases do Império são esquecidos em detrimento da acusação conspiracionista apresentada pelo “guia”. O “guia” peca profundamente no fato de questionar a participação de Isabel na abolição da escravidão ao mesmo tempo que baseia todo o episódio à sua pessoa, restringindo a discussão dos fatores que vão além da figura da princesa. Tanto o fim da monarquia quanto o da escravidão faziam parte da agenda política de diferentes grupos sociais e políticos ascendentes na segunda metade do século XIX. Seriam esses os militares, principalmente os advindos da caserna, e a chamada geração de 1870, que englobava primordialmente os setores médios das sociedades; esses grupos que tomaram o poder em 1889. O fim da escravidão fazia parte dos planos desses grupos golpistas como uma forma de enfraquecer as elites no poder (Soares, 2020, p. 3) (Alonso, 2000, p. 208). Assim, a abolição não causa o fim da monarquia devido ao sentimento de vingança. Essa análise do “guia” é, portanto, demasiadamente subjetivo e psicológico em relação aos acontecimentos passados, algo que não cabe à História.

Enquanto isso, fatores centrais para o fim do império foram deixados de lado e/ou mencionados de modo tão superficial que nem aparentam ter ligação com o assunto. A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), por exemplo, foi um conflito armado entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai. Esse acontecimento trouxe profundas consequências para o Brasil, de modo que é quase impossível dissociá-lo dos eventos que levaram à abolição. Esse, porém, tem somente duas menções no documentário. Uma aos 00h07min42s, no qual Paulo Rezzutti alega que, com os escravizados sendo utilizados na guerra, não era o momento ideal para acabar com a escravidão. A outra menção à guerra foi de Antônio Dutra aos 00h39min01s, apenas para falar que o Brasil saiu da guerra sem dinheiro.

A realidade, porém, é de consequências mais profundas à amalgama dos acontecimentos. Foi durante e após a guerra que os militares passaram a se sentir desvalorizados frente à coroa. O que esperavam ao retornarem da guerra era o prestígio e melhores condições na carreira militar. O que ocorreu, porém, foi o contrário: uma desvalorização crescente de suas posições, salários baixos e falta

de investimento das pastas militares (Soares, 2020, p, 7-8). Foi então a partir desse momento que os militares passaram a se mobilizar politicamente. Com uma adoção da corrente positivista e parcial republicanista, o exército e a armada passaram a se articular no jogo político (Soares, 2020, p, 4).

Nesse contexto de insatisfação, os militares passaram a planejar internamente medidas que compreenderiam como necessárias para o pleno desenvolvimento do Brasil. À priori, desejavam uma maior valorização de suas posições, assim como um aumento significativo em seus salários. Além disso, ao analisarem as condições sociais da época, viram na escravidão a causa fundamental do despreparo militar do Império. A formação de um exército de conscrição universal em uma realidade escravista gerava uma vulnerabilidade externa do Brasil. “Seria, pois, na contradição entre o sistema escravista e a existência de um Exército profissional de característica nacional que teria emergido o abolicionismo nas Forças Armadas” (Soares, 2020, p. 4). Ademais, viam na força escravizada a mão de obra necessária para a ascensão de um Brasil industrializado.

Foi, portanto, a partir da crescente mobilização política dentro das casernas que perceberam no abolicionismo um meio de alcançarem seus objetivos. Não seria, porém, apenas pela dimensão corporativa e econômica que os militares se tornariam abolicionistas. Primordialmente, certo espírito de solidariedade teria surgido entre militares e libertos para com os cativos em campo de batalha durante a Guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, Soares atesta que, desde o

Alto ao baixo oficialato – ou entre praças, também –, o abolicionismo era pauta amplamente consensual, embora mais sistematizada no Exército do que na Armada. Fosse na imprensa ou nos clubes e institutos que fundaram ou aos quais se associaram, os militares mostravam-se, especialmente em relação ao cativo, unidos em sua pluralidade. Quanto a isso, eram os militares, e não grupos de militares (Soares, 2020, p. 4).

No entanto, é evidente que não houve mobilização em prol de políticas reparatórias aos escravizados, assim como vemos com o período posterior da Proclamação da República. Sendo assim, concluímos que a preocupação militar com a abolição estava no cumprimento de uma agenda política que perpassa pelo fim da escravidão para sua realização concreta. Seria na abolição um dos fatores centrais para alçarem a classe militar ao poder.

O movimento abolicionista ganhava força ano após ano, e não apenas no campo militar. As sucessivas crises ocorridas ao final do século XIX trouxeram novas dinâmicas ao império. O setor econômico sofreu diversas reorientações durante esse período. Assim como disse Dutra aos

00h39min01s de episódio, o Brasil saiu da Guerra sem dinheiro. Com dívidas enormes que demorariam anos para serem pagas, todo o Império sentiu os efeitos desse conflito a partir da economia. Decorrente a isso cresce enormemente a insatisfação para com a coroa. Seria, portanto, através da crise gerada pela guerra, um dos fatores que justificaria a retirada do monarca do poder.

Nesse sentido, Alonso (2000) demonstra em sua tese que a geração de 1870, composta pelos setores médios da sociedade urbana, teve um papel importante no campo político até o momento da Proclamação da República. Em sua obra, ela procura

demonstrar que o movimento intelectual da geração 70 recorreu a elementos do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e formas de ação política para combater as instituições, valores e modos de agir do status quo imperial (Alonso, 2000, p. 19).

Dessa forma, esses distintos grupos políticos e sociais, que tradicionalmente tiveram pouca representatividade e poder na tomada de decisão dentro da esfera pública, tiveram suas ideologias relativamente homogeneizados em um mesmo ponto. A abolição perpassava por todos como uma forma de garantir seus interesses políticos; um recurso para alcançarem o poder (Soares, 2020, p. 3). Nesse sentido, foi no conceito de República que os interesses desses diversos grupos puderam se apoiar.

Nesse sentido, o que podemos atestar é que a narrativa criada pelo “guia” tem por objetivo levar o telespectador a compreender a República como ilegítima. A alternativa do documentário, portanto, foi de manipular as informações apresentadas com o fim de chegarem à conclusão desejada. A Proclamação da República é mais complexa do que apenas uma “vingança pela abolição”, já que devemos levar em conta todos os demais agentes que constituíam parte do quadro político brasileiro.

O subalterno monarquista

Por fim, temos a última questão historicamente problemática do episódio que abordarei nesse artigo. Aos 00h34min34s, Christian Lynch diz que os negros e indígenas do Brasil sempre foram e se tornaram muito mais monarquistas após a abolição da escravidão. Ele baseia isso a partir da existência da chamada Guarda Negra (1888-1889), um grupo formado por ex-escravizados que estariam gratos a Isabel pela abolição, prontificando-se, sobretudo, à proteção da princesa.

Ao partimos em análise dessa afirmação, percebemos que se trata de uma argumentação completamente desconexa com os consensos historiográficos da História do Brasil. Nesse sentido, percebendo o teor ideológico em sua fala em prol da defesa da monarquia, assim como o falseamento de fatos históricos, podemos considerar sua argumentação como negacionista. Percebemos esse falseamento através da edição do dia nove (9) de maio de 1889 do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, no qual dizia que a guarda negra tinha um contingente de aproximadamente 1500 pessoas, quantidade muito pequena quando comparada com o todo da população negra brasileira daquela época o qual Lynch imputa o veio monárquico. Durante todo o episódio, tentam pregar que a abolição ocorreu por fatores além daqueles tradicionalmente ensinados na escola: a coroa e Isabel. Porém, a narrativa que apresentam contradiz esse argumento. Mesmo no pós-abolição, o que tentam pregar é a agência subalterna dos negros e indígenas para com a monarquia.

Ademais, destrinchando a afirmação de Lynch, partiremos primeiramente para a questão indígena. Lynch justifica sua fala alegando que somente a coroa podia defender os indígenas dos bandeirantes. O que devemos levar em conta, porém, é que essa defesa não se dava de outra forma se não precariamente pela lei. Tomemos como exemplo a “Lei sobre a liberdade dos gentios” de 1570, o qual determinava a criminalidade da escravidão indígena, salvo em casos de “guerra justa”. A guerra justa, por sua vez, diz respeito à prática lusitana de justificar o conflito contra um grupo que não segue seus preceitos ou que esteja sendo inconveniente aos seus interesses. Nesse sentido,

A legislação colonial produziu muitos dispositivos que justificavam a prática da guerra justa, mesmo quando pretendiam proteger os índios de abusos e cativos ilícitos. [...] A guerra justa mostrou-se, pois, como justificativa para escravização dos indígenas, valendo-se dos argumentos da salvação das almas e da condenação da antropofagia que, embora não fossem juridicamente reconhecidos, serviam de reforço à sua ideia principal. No contexto da empresa colonial lusitana, lançou-se mão da guerra justa diante da recusa à conversão à religião católica, das ações hostis contra os portugueses e da quebra de pactos celebrados (Guerra Justa, Glossário de História Luso-Brasileira, 2021)²¹

Sendo assim, consideramos que de forma alguma os indígenas eram monarquistas apenas pela suposta defesa empregada pela coroa.

²¹ Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6329:guerra-justa&catid=2075&Itemid=121. Acesso em: 31 jul. 2025

Sabemos que a imposição de um governo monárquico nas Américas levou aos nativos a necessidade de se posicionarem frente àquele novo corpo político. Alguns foram contrários, enquanto outros se aliaram. Não podemos, porém, considerar que aqueles que se aliaram à monarquia o fizeram por acreditarem em sua benignidade, já que essa alternativa era tomada majoritariamente ao levar em conta as condições da comunidade para com a colônia em expansão e as demais comunidades. Todavia, o que Lynch intenta é a indução do telespectador a acreditar que esses povos eram partidários do exótico regime que lhes eram impostos. A monarquia portuguesa não seria, portanto, um inimigo desses povos. Assim, ele prega uma narrativa da subserviência e passividade dos povos originários para com seus invasores.

Da mesma maneira, Lynch aponta os negros como monarquistas. Essa questão é bem similar com a dos indígenas, apesar de suas peculiaridades. Acontece que, diferentemente dos nativos americanos que viviam no território que viria a ser o Brasil, os negros escravizados vindos da África já conheciam modelos monárquicos em suas próprias terras²². Dessa forma, o regime colonial português não foi um choque tão grande ao africano quanto ao indígena quando dissemos sobre o quesito monarquia.

Nesse sentido, houve sim manifestações da população negra em prol de seus reis. A típica festa da Congada é um exemplo claro disso. Em sua celebração, é recontado e encenado a história de coroação dos reis do Congo. No entanto, a fala de Lynch se mostra totalmente mal-intencionada quando nos damos conta de que ele alega que o negro escravizado era partidário da monarquia portuguesa e, posteriormente, brasileira. A premissa de que toda uma população escravizada era ideologicamente favorável ao seu algoz pelo fato dele poder protegê-los descredibiliza toda a agência ativa dessa classe social, assim como apaga toda a coerção física sofrida ao longo do período da escravidão, tornando-os uma mera massa inanimada na dinâmica da História. Como bem diz Althusser (1980, p. 51) em nota de rodapé, as lutas de classes ultrapassam os aparelhos ideológicos do estado a partir das relações de produção, que são exploratórias e constituem as bases das relações de classes. Ou seja, não é porque a monarquia é o regime dominante naquele cenário que o escravizado vai esquecer que ele é explorado por ela.

²² A exemplo disso, temos o Reino da Angola e o Reino do Congo; dois dos vários reinos que tiveram sua população escravizada e trazida à América Portuguesa.

Sendo assim, o que percebemos na fala de Lynch é a tentativa de falsear e pacificar a agência histórica dos negros e indígenas. A premissa de concordância com o sistema vigente em uma época de escravidão busca um fim aos conflitos raciais brasileiros por meio de algo similar à democracia racial.

Considerações finais

Através de toda essa problematização acerca do episódio, voltemos à questão inicial. Essa nova produção do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* (especificamente, o episódio sobre a Isabel e a abolição), é de fato despolarizada e verticalizada, ou é, na verdade, uma produção ideológica e negacionista da direita brasileira?

Como fica evidente através das problemáticas aqui levantadas, apesar do documentário se dizer a-ideológico e despolarizado, percebemos que ainda é uma produção que se alinha à direita política e é, além de tudo, negacionista. Ademais, existe também um caráter monarquista em jogo. Em primeiro lugar, eles se propõem a trazer uma história da abolição que demonstra uma ótica para além da Isabel como a Redentora. Porém, o que de fato apresentam é uma história em que Isabel ainda é a protagonista, mas, agora, com algumas outras figuras políticas históricas que participaram das ações da Princesa. Nesse sentido, não rompem com a História ensinada pelas escolas como se propõe ao decorrer do episódio.

O que é interessante nesse movimento é a deslegitimação da educação escolar e do ensino de história brasileiro. Alegam que a escola e os professores não ensinam a “verdade” aos seus alunos. Esse é um movimento estratégico para ganhar a atenção do público. Assim como Shapin (2020) apresenta, é de noção geral que vivemos em uma crise da verdade. Ao fazer uma série de entrevistas, porém, o autor percebe que essa perspectiva não é bem compreendida pela população em geral. Estes se atêm, normalmente, a verdades em disputa na grande mídia.

Nesse viés, Shapin atesta que a “verdade” é tema de constante preocupação geral, mas que entra em jogo apenas quando entendem que ela foi deliberadamente escondida. Dessa forma, o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* ganha a atenção do público e o voto de confiança de estarem recebendo a “verdade escondida” que tanto lhes preocupava. Pensando pela perspectiva de disputa pela verdade, a narrativa do guia busca a validação de determinadas visões de mundo que merecem o esforço da disputa.

Não podemos, portanto, conceber o guia como isenta de ideologias políticas, já que eles próprios compram a briga pela verdade. Dessa forma, o apelo do guia pela despolarização vem em prol da “abertura democrática” da discussão em pauta. A ciência, porém, é controlada por uma série de medidas e práticas especializadas que determinam a validade das condutas, assim como o direito de falar e julgar. “Nesse sentido, ela não é democrática” (Shapin, 2020, p. 313). Sendo assim, percebemos que essa “abertura democrática” proposta pelo guia valoriza olhares particulares acerca da História que não condizem com os consensos historiográficos, falseando fatos e evidências para criar narrativas pessoais e enviesadas da História do Brasil em prol de suas próprias visões de mundo. Um exemplo disso é a admiração exacerbada à monarquia que pode ser notada durante toda a obra.

Tendo sido atestado o negacionismo ideológico e histórico presente no *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, é necessário tomarmos medidas para o combate deste e de outros negacionismos em circulação no Brasil. Assim como bem estabelece Oliveira (2023, p. 17), tal ação demanda um ativismo político tanto do historiador como de qualquer indivíduo ciente dessa crise democrática que vivemos atualmente. Devemos sempre levar em conta essa crise como um fator presente em qualquer discussão que empreendamos. Dessa forma, é indispensável a associação das narrativas históricas pesquisadas, discutidas e ensinadas para com a conjuntura política atual. Somente com a compreensão de que a História é um objeto ainda em disputa no campo político que será possível o combate ao negacionismo.

Referências

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Presença, Rio de Janeiro, 3 ed. 1980.
- AZZI, Riolando. A Igreja e a escravidão. In: *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo. Edições Paulinas, 1991. P. 181-190.
- CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 89-110, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-06>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- CARTACAPITAL. Um guia para o ‘Guia Politicamente Incorreto’ da história do Brasil. *Carta Capital*, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/um-guia-para-o-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e Razão Nacional. In: *Pontos e Bordados: escritos de História e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 1999, p. 35-63.

COSTA, Alyne. Negacionistas são os outros. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 15, p. 64-73, dez. 2021. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/negacionistas-sao-os-outros/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

GUERRA JUSTA. In: *Glossário de História Luso-Brasileira. O arquivo nacional e a História Luso-Brasileira*. 2021. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6329:guerra-justa&catid=2075&Itemid=121. Acesso em: 31 jul. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

KAHN-HARRIS, Keith. *Denial: The Unspeakable Truth*. Londres: Notting Hill Editions, 2018.

LADEIRA, Francisco Fernandes. ‘Politicamente correto’ versus ‘politicamente incorreto’. *Observatório da Imprensa*, ed. 808, 22 jul. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed808_politicamente_correto_versus_politicamente_incorreto. Acesso em: 27 jul. 2025.

LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa*. 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/41888925/Legislacao-sobre-escravos-africanos-na-America-Portuguesa#page=36>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MARTINS, CÉLIO. O legado nefasto do “politicamente incorreto”. *Gazeta do Povo*, 08 set. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/politicamente-incorreto>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66–88, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.522>.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v16i41.2020>. Acesso em: 27 dez. 2025.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no “guia politicamente incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n.1, p. 345-367, jan.-abr./2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33817>. Acesso em: 27 dez. 2025.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Camila. Influenciadores digitais e a extrema-direita brasileira. In: VIANNA, Manoela (org.). *A democracia aceita os termos e condições?: Eleições 2022 e a política com os algoritmos*. *Heinrich Böll Stiftung*, Rio de Janeiro, p. 55-70, ago. 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/08/12/democracia-aceita-os-termos-e-condicoes>. Acesso em: 24 dez. 2025.

SHAPIN, Steven. É verdade que estamos vivendo uma Crise da Verdade?. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 308-319, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v13i2.43>. Acesso em: 27 dez. 2025.

SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. *Anos 90*, v. 27, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.85495>. Acesso em: 27 dez. 2025.

VALIM, P.; AVELAR, A. de S.; BERBER, B. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 27 dez. 2025.

VIDEIRA, Juliana; BRÁULIO, Pablo. A família imperial não tinha escravos?. *Clio História e Literatura: Projeto Detecta*, 13 out. 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/10/13/a-familia-imperial-nao-tinha-escravos/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Fontes

A BANANA NÃO É NOSSA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil. 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:38 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nfKlb-X4fyg>. Acesso em: 28 jul. 2025.

As diferenças do Politicamente Correto x Incorreto | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil. 2 nov. 2020. 1 vídeo (5:48 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VDYKWbNvyLI>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BARBOZA, Ruy. À NAÇÃO E AO SENADO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1425, p. 1, 09 mai. 1889. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pagfis=5762>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | EPISÓDIO 1. Canal History Brasil. 12 dez. 2017. 17 vídeos (56:19 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE>. Acesso em: 03 jan. 2025.

PORTUGAL. *Lei sobre a liberdade dos gentios*. Évora, 20 mar. 1570. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

DEARO, Guilherme. “Sou contra a visão maniqueísta de história dividida em vilões e heróis”, diz Leandro Narloch. *Guia do Estudante*, 16 mai. 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/sou-contr-a-visao-maniqueista-de-historia-dividida-em-viloes-e-herois-diz-leandro-narloch/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Guia Politicamente Incorreto | Maratona ao vivo | 4 episódios seguidos. Direção: Matheus Ruas e Felipe Frota. Produção: Tiago Schenk e Aurélio Figueiredo. Studio Fly. Canal History Brasil, 23 out. 2021. 1 vídeo (2:45:03 hora). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=H9Hd-ie0fc8&t=408s>. Acesso em: 04 dez. 2024.

LAGE, Ana Cristina P. Padroado 1. *HISTEDBR*. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/padroado-1#m1>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LEÃO XIII, PAPA. *Rerum Novarum*. Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Carta-Enciclica-rerum-novarum.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *LPBRAGANCA*. 2024. Perguntas Frequentes. Disponível em: <https://lpbraganca.com.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MENDES, Vinícius. Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'. *BBC News Brasil*, São Paulo, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvg48zpzl7do>. Acesso em: 07 fev. 2025.

O BRASIL EXISTIA ANTES DE 1500! | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:53 min). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=TIHtpY_IdTc&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=1. Acesso em: 03 jan. 2025.

ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz Philippe de. *How to turn a developing democracy into a mature dictatorship? One word: Corruption. Judiciary and Congress corruption allowed the Executive to implement their totalitarian agenda without a popular majority*. 17 jan. 2025. Twitter: @lpbragancabr. Disponível em: <https://x.com/lpbragancabr/status/1880409551616504033>. Acesso em: 07 abr. 2025.

OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:21 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=4>. Acesso em: 03 jan. 2025.

OS PORTUGUESES SALVARAM O PAU BRASIL? | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hiOC61obXCI&list=PLAr322Yg8UkDm3DB919nYT95CwvNZNYsE&index=8>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Press Services Soluções Integradas em Comunicação. *Com nova proposta, Guia Politicamente Incorreto retorna ao History em segunda temporada*. 2020. Disponível em: https://presscomunica.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Release_Guia-Temp-2.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 dez. 2025.